

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS	7
ÍNDICE DE TABELAS	13
ÍNDICE DE FIGURAS	15
ÍNDICE DE APÊNDICES	17
ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	19
INTRODUÇÃO	
ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DO TEMA	25
1. (Re)produzir Vida	25
2. Relevância Ético-Jurídica	27
3. Parâmetros da Exposição	31
4. Considerações Metodológicas	33
PARTE I	
ENQUADRAMENTO E ANÁLISE COMPARATIVA	35
CAPÍTULO I	
CRIAR VIDA (HUMANA) EM LABORATÓRIO	37
1. As Biotecnologias na Criação da Via Humana	37
2. O Perfeito é Desumano	49
2.1. A Nova Eugenia	58
3. A Procriação Medicamente Assistida	74
3.1. As Diferentes Técnicas de Procriação Medicamente Assistida	79
3.1.1. IA, FIV, ICSI, TE e MTR	80
3.1.2. O Diagnóstico Genético Pré-Implantação	83
3.2. A Gestação para Outrem	86
3.2.1. Tipos de Gestação de Substituição	92
3.2.1.1. A Gestação de Substituição Total ou Parcial	94
3.2.1.2. A Gestação de Substituição Altruísta ou Onerosa	96
4. Conclusões	97
CAPÍTULO II	
A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO NO DIREITO COMPARADO	101
1. Considerações Introdutórias	101
1.1. O Panorama Legal na União Europeia	108

1.2. O Panorama Legal nos Estados Unidos da América	111
1.2.1. <i>Full Faith and Credit Clause</i>	115
2. Algumas Soluções Legais Adotadas para o Biocontrato de Gravidez	117
2.1. Estado Federado da Califórnia (EUA)	118
2.1.2. A Orientação Jurisprudencial	120
2.1.2.1. <i>Johnson v. Calvert</i>	120
2.1.2.2. <i>re Marriage of Moschetta</i>	122
2.1.2.3. <i>re Marriage of Buzzanca</i>	122
2.1.3. Regulamentação e Tramitação	123
2.1.3.1. <i>Pre-birth Parentage Order</i>	125
2.2. Inglaterra e País de Gales	126
2.2.1. Regulamentação e Tramitação	130
2.2.1.1. <i>Parental Orders</i>	132
2.2.2. A Orientação Jurisprudencial	135
2.2.3. A Nacionalidade e a <i>Surrogacy Overseas</i>	141
2.3. Grécia	142
2.3.1. Regulamentação e Tramitação	145
2.3.1.1. A declaração de maternidade	147
2.3.2. A Orientação Jurisprudencial	149
2.4. França	150
2.4.1. O Enquadramento Legal	152
2.4.2. A Orientação Jurisprudencial	155
2.4.2.1. O Registo de Nascimento e as Decisões Judiciais Estrangeiras	159
2.4.3. Um Novo Caminho	163
2.5. Índia	168
2.5.1. Os casos da Baby Manji Yamada e dos Gémeos Balaz	170
2.5.2. <i>Made in Índia</i>	172
2.5.2.1. Características da Regulamentação Legal	179
2.5.3. <i>Fair Trade International Surrogacy</i>	185
3. Análise Comparativa	186
3.1. Posições (Demasiado) Disparas para Consensos? — Referência	191
4. Conclusões	199

PARTE II

A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E A IDENTIDADE	201
---	-----

CAPÍTULO III

O DIREITO À REPRODUÇÃO ASSEXUADA	203
----------------------------------	-----

1. Considerações Introdutórias	203
--------------------------------	-----

2. A Biopolítica	205
------------------	-----

3. A Reprodução Assexuada	217
4. A Reprodução Assexuada com Recurso à Capacidade Reprodutiva de Outrem	227
4.1. As Orientações do TEDH	231
4.1.1. O estabelecimento da paternidade biológica	232
4.1.1.1. Os casos <i>Mennesson v. França e Labassee v. França</i>	232
4.1.1.2. Os casos <i>Foulon v. France, Bouvet v. France</i> e <i>Laborie v. France</i>	235
4.1.2. A adoção de embriões no âmbito da gestação de substituição	236
4.1.2.1. O caso <i>Paradiso e Campanelli v. Itália</i>	236
4.1.2.2. O caso <i>Valdís Fjólnisdóttir and Others v. Iceland</i>	239
4.1.3. O estabelecimento da maternidade com adoção de ovócitos	239
4.1.3.1. Os casos <i>C. et E. c. France</i>	239
4.1.4. O estabelecimento da maternidade genética	240
4.1.4.1. O caso <i>D. c. France</i>	240
4.1.5. Outros Casos — Referência	241
4.2. Análise Crítica	242
4.2.1. O Parecer Consultivo do TEDH em Matéria de Maternidade nos Contratos de Gestação de Substituição	257
4.2.2. Considerações Finais	258
4.3. As Orientações do TJUE	272
4.3.1. Análise Crítica	276
5. Posição Adotada	282
5.1. A Gestação de Substituição e a Adoção — Delimitação a partir da Posição do/a(s) Beneficiário/a(s)	297
5.2. Preocupações Eugénicas	321
6. A Legitimidade	328
6.1. A Infertilidade	329
6.1.1. A Infertilidade Derivada de Fatores Médicos	329
6.1.2. A Infertilidade Social	332
6.1.2.1. A Idade	333
6.1.2.2. A Monoparentalidade, a Homoparentalidade e Transparentalidade	343
6.2. A Conveniência	373
6.3. A Reprodução <i>Posthumous</i>	378
7. Conclusões	384
 CAPÍTULO IV	
A IDENTIDADE-MULHER-MÃE	391
1. Considerações Introdutórias	391
2. O <i>Papel</i> da Mulher na Gestação	403

A LIBERDADE PROCRIATIVA

2.1. O Contributo Feminista	405
2.1.1. Tecnologias racistas e classistas	414
2.1.2. <i>O Body Map</i>	422
2.2. O Contributo da Religião	424
2.2.1. A Doutrina Social da Igreja	427
2.2.2. Uma Perspetiva (Político-)Judaica	433
3. <i>Volenti Non Fit Injuria</i>	440
3.1. Um <i>Pactum Turpe</i>	443
3.1.1. Uma Nova Cláusula do Contrato Sexual	459
4. O Tráfico de Seres Humanos	464
5. Apreciação Crítica	467
6. Posição Adotada	488
6.1. A Liberdade de Procriar para Outrem	493
6.1.1. O Consentimento	518
6.1.1.1. Os/as Filhos/as da Gestante	534
6.1.1.2. O Marido da Gestante	537
6.1.2. A Gestação de Substituição Intrafamiliar	540
6.2. A Gestação de Substituição e a Adoção — Delimitação a partir da Posição da Gestante	542
6.3. O Altruísmo	546
6.3.1. <i>O Baby-Selling</i>	558
6.4. As Condições de Comportamento da Gestante	565
7. Conclusões	569

CAPÍTULO V

A IDENTIDADE-FILIO-PARENTAL	579
1. Considerações Introdutórias	579
2. Revisitar a Maternidade, em busca da Parentalidade	588
2.1. Posição Adotada	612
2.1.1. A Identidade-Parental Solidária	671
2.1.2. O Direito ao Arrependimento	687
2.2. As <i>Wrongful Surrogacy Claims</i>	697
2.2.1. As <i>Wrongful Death</i> Pré-Natais	710
2.3. Assumindo uma Posição em Contramão	711
3. Conclusões	722

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	735
JURISPRUDÊNCIA	787
GLOSSÁRIO	845